

A TEORIA DO “DESENVOLVIMENTO FRAGMENTADOR”

Fred Scholz¹

Tradução (livre) de:
Paul Sutermeister*

RESUMO:

O pensamento desenvolvimentista do passado era dominado pela ideia de que o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo poderia ser superado mediante ajuda técnica, financeira e pessoal dos países do Norte. A meta era alcançar o nível de desenvolvimento dos países ocidentais industrializados por meio de um desenvolvimento retardatário. Na base dessa ideia estava, por um lado, o consenso de valores ocidental-humanitários, que, o mais tardar desde a época do Esclarecimento, determinou o pensar e o devir social. Por outro lado, a ideia baseou-se na responsabilidade histórica (surgida das condições da Guerra Fria, aceita política e socialmente) do "Ocidente" para com os chamados países em desenvolvimento, na sua maioria ex-colônias. Argumenta-se, neste artigo, que a ideia de um desenvolvimento retardatário deve, na era da globalização, ser substituída pelo fato de um desenvolvimento fragmentador.

PALAVRAS-CHAVE:

fragmentação socioespacial, geografia do desenvolvimento, globalização, novo Sul, segunda modernidade.

ABSTRACT:

In the past, the school of thought in Development Studies was dominated by the concept that less-developed Third World countries could catch up with technical, financial and personal support from countries of the Northern hemisphere. The goal was to achieve a development level similar to the standards provided by western industrialized countries. Such a concept was founded on the occidental humanitarian values as well as, historically, on the options given by the Cold War and came out of the "West's" responsibility for its former colonies, today nearly all developing countries. This essay pleads for substituting the idea of a development catching up with western standards through the established fact of a "fragmenting development" in today's era of globalization.

KEY WORDS: socio-spatial fragmentation, development geography, globalization, new South, second modernity.

Na atual discussão sobre a relação entre globalização e desenvolvimento enfrentam-se duas posições bastante antagônicas. Considera-se, por um lado, que a globalização levaria a um aumento mundial da prosperidade. Para os países do Sul, particularmente, abrir-se-iam múltiplas oportunidades para a superação do persistente atraso econômico, para a redução dos problemas sociais e para o melhoramento

da infraestrutura social e técnica. Por outro lado, a globalização é considerada como causa do aumento mundial de pobreza em massa, do agravamento excessivo das disparidades de renda aos níveis nacional e internacional, assim como da exclusão material e social de um número crescente de pessoas. A globalização representaria uma verdadeira desintegração econômica do Sul.

* Mestrando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. E-mail: pauls@usp.br.
Agradecemos comentários de Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann.

Essa dialética nos lembra a época na qual se enfrentaram, igualmente antagônicas, as teorias da modernização e as teorias da dependência para explicar e superar o subdesenvolvimento. Ambas, porém, baseavam-se no paradigma de um “desenvolvimento retardatário” [*nachholende Entwicklung*] dos países como um todo, tese que, por sua vez, baseava-se no consenso da “primeira modernidade” (SCHOLZ 2000b; 2001)! Para nos lembrarmos desse paradigma desenvolvimentista talvez já esquecido, indicamos a “teoria do capitalismo metropolitano (dinâmico)” no sentido de Richard F. Behrendt (1968; 1971). Concretamente deveriam ser mencionados aqui, de maneira exemplar, os estágios do crescimento econômico de Walt Whitman Rostow (1960), o conceito de integração de Reimut Jochimsen (1966), os efeitos de polarização e de *trickle-down* de Albert Hirschman (1967), o conceito de pólo de crescimento de François Perroux (1964) ou a teoria do desenvolvimento polarizado de John Friedmann (1972).

A “teoria do capitalismo periférico” de Dieter Senghaas (1974), surgida do debate sobre a dependência, também segue esse paradigma de desenvolvimento, pela sua estratégia que prevê primeiro, a dissociação do mercado mundial, e depois, um desenvolvimento autocentrado e a expansão das forças produtivas internas (aumento da produtividade na agricultura; produção de bens de consumo de massa, de bens de produção e de bens intermediários; expansão do setor de serviços; expansão da infraestrutura) e, por último, a reintegração ao mercado mundial (cf. também BOHNET, 1971; GRIMM, 1979; RAUCH, 1981). O mesmo paradigma de desenvolvimento também está na base do conceito estratégico de Desenvolvimento Regional Rural [*Ländliche Regionalentwicklung (LRE)*].

É verdade que essa compreensão de desenvolvimento determina – apesar das advertências do Clube de Roma relativas aos limites dos recursos no planeta – ainda inalteradamente a propaganda e o dia-a-dia da política de desenvolvimento. Mas na era da

globalização, ou seja, na era da liberalização, da desregulação, da privatização, de mercados desfronteirizados e de competição excessiva – precisamente o credo da “segunda modernidade” – essa compreensão de desenvolvimento deixou de ter importância estrutural e factualmente. Em vez disso deve-se, na era de um capitalismo global, partir de um “desenvolvimento fragmentador” [*fragmentierende Entwicklung*] determinado pela competição e altamente contraditório.

Dois lados da mesma moeda

O senso comum entende por globalização um processo de transformação transfronteiriço, uniformizador e econômica e socialmente homogeneizante. O processo integraria uniformemente todos os setores econômicos e sociais num mercado global (BECK, 1997). Contrário a isso, sabe-se hoje, e é empiricamente comprovável, que a globalização é um processo profundamente contraditório, heterogêneo e desestruturador. O processo resulta, no fundo, de debilidades de valorização fordistas do capital (ALTVATER e MAHNKOPF, 1997; HEIN, 1995), da conseqüente competição excessiva, assim como da despersonalização do capital, dos meios de produção e da produção (GRUPO DE LISBOA, 1997). Portanto, o processo da globalização *per se* não visa o consenso, mas sucesso, concorrência e expulsão. Ele se manifesta pela imediata proximidade temporal e espacial de processos integradores e divisores, ou seja, fragmentadores (SCHOLZ, 2000a):

- Evidencia-se isso por fenômenos como, por exemplo, a desfronteirização do mundo dos Estados, a retribalização ou o etnoprotecionismo. Neste contexto, os cada vez mais agudos contrastes sociais e regionais, debilidades locais de localização e a excessiva flutuação de localização são particularmente relevantes para o desenvolvimentismo. Isto é acompanhado por desemprego tanto temporário quanto permanente, pela inevitável exclusão social, por marginalização, por miserabilização, por pobreza em massa e migração em massa locais e globais,

por fatores de insegurança ou agressão que obriguem as pessoas a fugir ou permanecer (MENZEL, 1998).

- Mas os processos manifestam-se também por (extrema) riqueza individual, local ou regional, pela participação econômica, pela delimitação consciente (inclusão) [*bewusste Abgrenzung (Inklusion)*] ou pelo aumento de vantagens de localização e pela ascensão social.

Todos esses fenômenos e processos contraditórios ocorrem simultaneamente. Eles são observáveis tanto no Sul quanto no Norte; enquanto fenômenos, eles estão concreta e virtualmente presentes globalmente.

Fragmentação global

Quais são as consequências dessa compreensão de globalização (entendida como processo caracterizado por uma fragmentação realmente caótica) para a tese mencionada inicialmente de um “desenvolvimento fragmentador” determinado pela competição e altamente contraditório? Na discussão desta pergunta, partimos de uma figura de pensamento hipotética que é baseada nas reflexões de Osvaldo Sunkel (1972) sobre a desintegração nacional. Denominemo-la aqui “modelo da fragmentação global” (SCHOLZ, 2000b; ver figura).

As reflexões e o modelo de *Sunkel* baseiam-se no Estado-nação – considerado como “container” – como ator principal. Para entender a contemporaneidade, esta abordagem nacional-estatista perdeu seu sentido na medida em que a globalização e seus efeitos começaram a se impor, e na medida em que o “Estado-container” foi substituído pelo Estado-nação desfronteirizado e quase separado de sua economia globalizada. O Estado já cedeu, e cederá ainda mais no futuro, partes de suas competências para fragmentos territoriais e funcionais (RIFKIN, 2001). Estes fragmentos comportam-se como aglomerados de ação (virtual-)espaciais [*(virtuell-)räumliche Handlungs-Cluster*] cuja trama funcional-hierárquica depende apenas das exigências da competição e do mercado global.

As centrais de controle desses acontecimentos econômico-mundiais governados pela competição são já hoje, e serão sobretudo no futuro, os “lugares globais”, denominadas como *Acting Global Cities* (cidades globais atuantes) e como tais concretamente concebíveis (SCHOLZ, 2000b; cf. SASSEN, 1991; HERKOMMER, 2002). Trata-se das centrais de comando das empresas e instituições financeiras transnacionais que atuam como *Global Players* (ver (1) na figura), dos centros de produção de alta tecnologia e dos centros de pesquisa de inovação (por exemplo lugares/zonas de ambiente/redes inovadores (2)), e trata-se também das zonas industriais fordistas (tradicionais), em determinados lugares ultrapassadas, para produção de bens de mais alta qualidade, zonas que ainda possuem superioridade de produção (3).

A estas centrais de controle estreitamente ligados, virtual ou concretamente, e a elas subordinados funcional e hierarquicamente, encontramos os “lugares globalizados”, ou cidades afetadas/expostas (*Affected/exposed Global Cities*, ou “periferias de centro” das metrópoles [*Hinterhöfe der Metropolen*])). Trata-se de lugares ou zonas de serviços de alta tecnologia (por exemplo, *clusters* regionais baseados no conhecimento [*wissensbasierte regionale Cluster*]; ALTENBURG, 2000), do *offshore banking* e dos paraísos fiscais (4), do *outsourcing* [*Auslagerungsindustrie*] (por exemplo as zonas de livre produção; KOOP e SCHOLZ, 2001, (5)), da produção de baixos salários e da produção de bens de consumo de massa (6), assim como da extração de matéria-prima mineral e agrícola e da produção de alimentos de alto valor (7). Juntam-se a isso também os lugares de trabalho infantil, fenômeno considerado indispensável pelas supostas necessidades da competição, e os lugares do setor informal globalmente funcionalizado (8), assim como os lugares da indústria do lazer e do turismo (9).

Abrupta e fragmentadamente separado disso encontra-se o “mundo restante excluído” [*ausgegrenzte Restwelt*], chamado por Wolfgang Hein (2001) de “entremeios marginalizados”

[*marginalisierte Zwischenräume*]. Este mundo é aqui denominado *New Periphery* (nova periferia) ou, mais figurativamente, como “mar de pobreza” [*Meer der Armut*]. Trata-se de Estados-nações nominais desfronterizados que lutam pela qualidade de localização, por territorialidade, por poder e por legitimidade. Tomados em conjunto, eles constituem, inteira ou parcialmente, o espaço vital estendido mundialmente e virtual ou também fisicamente concebível da maioria excluída e supérflua da população mundial. Esta *New Periphery* está abrupta e contraditoriamente e multiplamente fragmentada em si mesma por etnoregionalismos, fundamentalismos, retribalização e criptonacionalismos. Ela é determinada por todas aquelas características que foram consideradas como típicas do Terceiro Mundo até agora conhecido. E a isto associa-se, ainda por cima, exclusão e dissociação.

Com todos esses diversos fragmentos funcional-espaciais virtuais ou reais acima enunciados não se trata, porém, de *clusters*

espaço-estruturais *rigidos*, nem tampouco de redes duradouramente *dinâmicas* ou *inovadoras*, nem de localizações funcionais de alta persistência, sustentabilidade e com pólos de crescimento iguais, efeitos de *trickle-down* e de desenvolvimento de longo alcance. Ao contrário, todos eles estão expostos à concorrência excessiva, estão constantemente ameaçados de serem expulsos por outros; por isso, eles só podem preocupar-se com sua própria sobrevivência. Isto vale tanto para os “lugares globais atuantes” (*Acting Global Cities*) quanto para os “lugares globalizados afetados/expostos” (*Affected/exposed Global Cities*). Mas estes últimos, particularmente, não podem descansar. O risco para eles de cair novamente, total ou parcialmente, no nível do “resto excluído” é – devido à lógica da competição global desfronterizada – latente. A ascensão a níveis mais elevados, do outro lado, é mais um ato do acaso. Pois a decisão sobre isto depende não apenas dos atores locais, mas principalmente dos atores dos “lugares globais”, dos *Global Players*.

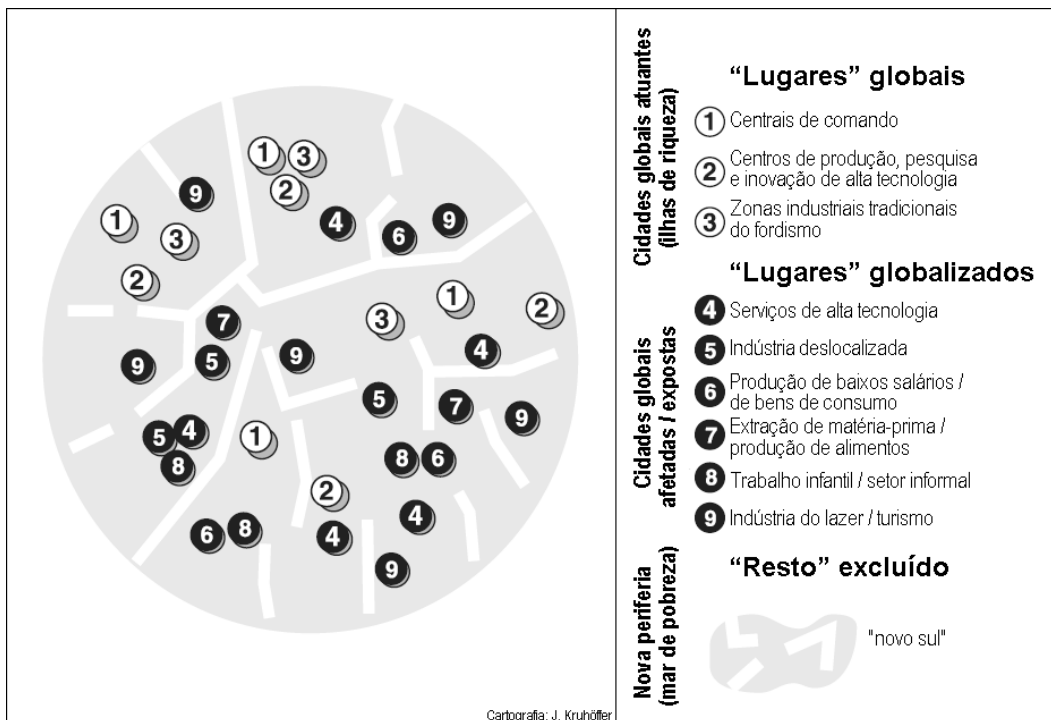


Figura – Modelo da fragmentação global (Fonte: SCHOLZ 2000b, adaptado em 2002)

Desenvolvimento fragmentador

Qual a conclusão que resulta deste modelo hipotético para a tese de um “desenvolvimento fragmentador”, este determinado pela competição e altamente contraditório?

- Na competição global e suas comprováveis bênçãos não participam países e Estados em si nem suas populações *inteiras*, mas apenas determinados lugares e/ou zonas, e dentro destes fragmentos só *partes* da população.² E isto, por sua vez, dura apenas enquanto as condições da competição o permitirem. Isto não exclui de nenhuma maneira a possibilidade para alguns lugares ou zonas de ter sucesso e de alcançar o nível dos “lugares globais”. Também haverá sempre indivíduos, grupos de pessoas e empresas que terão sucesso e que se elevarão ao nível dos *Global Players*. Mas trata-se sempre apenas daqueles lugares e pessoas que estão prontos para enfrentar a competição, e que, por isto – se eles quiserem prosperar ou, simplesmente, sobreviver – são obrigados a atuar conforme seus próprios interesses. Conforme a lógica da competição – contradizendo o credo do desenvolvimento retardatário – é *impossível* que se beneficiem países, regiões ou populações como um todo.

- Para o resto excluído do mundo, e, portanto, para a grande massa da população mundial, a possibilidade de participar na competição é, em princípio, aberta. E haverá, sempre de novo, “histórias de sucesso”. Porém, estruturalmente, não restam muitas alternativas, não são geradas muitas oportunidades para este resto do mundo: ele pode servir como mercado no qual se vende bens usados de todo tipo assim como produtos industriais baratos; ele pode ocasionalmente receber esmolas e ajuda em casos de catástrofes ou ajuda para reconstrução. É provável, também, que ele seja repetidamente alvo de operações militares de pacificação ou de prevenções contra terrorismo. Em casos isolados, ele pode servir como fornecedor sob demanda de recursos minérios e agrícolas ou de órgãos humanos. Ele até mesmo servirá, de vez em quando, como fonte de especialistas de Tecnologia da Informação (TI), de atletas de alto

desempenho, de mulheres exóticas, de empregadas domésticas (YOUNG, 1999), de noviços e de animais de estimação raros, assim como parque de diversões para turistas. E por considerações humanitárias, políticas ou diplomáticas, continuar-se-á, cada vez de novo, a fornecer ajuda técnica e financeira ao desenvolvimento, assim como medidas para a satisfação das necessidades básicas.

Esse resto excluído, já denominado *novo Sul* (BECK, 1997), será, majoritariamente, abandonado. Ele sofrerá desgastes pelas suas contradições internas, sofrerá pobreza e atraso; mas certamente desenvolverá também múltiplas estratégias para sobreviver. Pense-se na revitalização da economia de subsistência, em conhecimentos indígenas e em modos locais de produção, em redes de troca locais, em redes de solidariedade cívicas e de vizinhança, em instituições informais e no Setor Terciário. E apesar de toda diversidade fragmentária e de contradições, surgirão, neste resto do mundo, talvez sempre identidades próprias [*Restwelt-Identitäten*], estratégias individuais de sobrevivência e conceitos locais de vivência [*lokale lebensweltliche Konzepte*]. Mas o *novo Sul* representará *sempre* a realidade vital para essa mesma parte da população mundial que é não só dupla, mas até mesmo triplamente superabundante (“*population redundant*” de David Ricardo; citado em SCHOLZ, 2000b): ela será desnecessária como *força de trabalho* (exército industrial de reserva); seu papel como *consumidores* será negligenciável; e os *produtos* que ela produz também são desnecessários (RIFKIN, 2001).

Contradições e realidade

O modelo de fragmentação global apresentado (ver figura), a tese do “desenvolvimento fragmentador” altamente contraditório e suas consequências concretas podem, à primeira vista, parecer familiares, já como fenômenos reais. Porém, suspeitamos que se trate, na era da globalização, de algo estruturalmente bem diferente.

O paradigma do “desenvolvimento retardatário”, propagado depois da Segunda Guerra Mundial, não possibilitou reduzir – como foi geralmente admitido e lamentado durante décadas – nem a desigualdade social, nem a fome, nem o desemprego, nem a pobreza material, nem as disparidades espaciais. Porém, este paradigma, política e verbalmente ilimitado, compreensível com base na oposição Leste-Oeste e conforme o pensamento consensual da “primeira modernidade”, determinou tanto a agenda política de todos os atores e organizações desenvolvimentistas responsáveis, quanto a consciência social e o comportamento da população do Norte.

Mas na medida em que o *credo* da competição da globalização começou a penetrar e a determinar primeiro, (n)a atividade econômica e, depois, (n)a percepção política e social, a consciência de consenso da primeira modernidade teve que perder sua importância. Esta consciência foi substituída pelo princípio da concorrência e do sucesso da “segunda modernidade”. Fatos aparentemente familiares tais como desigualdade social, pobreza material, disparidades espaciais, assim como o recém percebido ou emergente “desemprego em massa de longo prazo” (também no Norte; RIFKIN, 2001), a tríplice dissociação [acima mencionada; *N.T.*] e exclusão múltipla (KRONAUER, 1998; HERKOMMER, 1999) são, portanto, reflexo da incapacidade regional, local ou individual de se beneficiar das oportunidades da globalização, a saber, da privatização, da competição global e dos mercados desfrontereizados.

Essa lógica parece compreensível. Seus resultados hoje já fazem parte da realidade no mundo inteiro e manifestam-se na fragmentação global; também determinarão o futuro da maioria da população mundial. Parece-nos que os seguintes efeitos confirmam isso:

- Ciência, política e imprensa falam, por exemplo, sem rodeios de uma divisão do mundo entre a Triade e resto do mundo excluído, ou da fragmentação fundamental do mundo entre centro de gravidade político e econômico mundial

e resto excluído (RUFIN, 1993; SENGHAAS, 1993).

- A cifra, publicada pela Organização Internacional do Trabalho (1994), de mundialmente 800 milhões de desempregados de longo prazo em idade ativa também parece representativa para essa “realidade dos marginalizados” [*Restwelt-Wirklichkeit*]. Junta-se a isto ainda pelo menos um número igualmente alto de pessoas que, como trabalhadores potenciais, nem são consideradas neste cálculo (juntamente, eles representam cerca de 25% da população mundial).

- Nesse sentido mencione-se as 1,5 bilhões de pessoas que vivem com menos de 1 US\$ por dia, ou as 3,5 bilhões de pessoas (= 58% da população mundial) que dispuseram em 1999, estatisticamente, de 2 US\$ por dia (BANCO MUNDIAL, 1999).

- Confirma-se a fragmentação do mundo também claramente pelo fato de que, no ano 2000, apenas 12,7% de todos os investimentos estrangeiros diretos (*Foreign Direct Investments, FDI*)³ no mundo (no total, 1.271 bilhões de US\$) destinaram-se ao Sul; o grande resto destinou-se ao Norte; e a África e o Sul da Ásia receberam apenas 0,7% e 0,2% (CNUCED, 2001), respectivamente.⁴

- Mencionem-se apenas mais dois fatos que demonstram a fragmentação. Primeiro, todos os países menos desenvolvidos (*Least Developing Countries, LDC*) e países em desenvolvimento sem litoral (*Landlocked Developing Countries, LLDC*) juntos participam com apenas 4% nas parcerias público-privadas (*Public Private Partnerships, PPP*)⁵ dos Estados-membros da OCDE (em 1998 um total de 113 bilhões US\$; THIEL, 2000). Segundo, a participação do Sul no produto mundial bruto é baixíssima: em 2000, a totalidade da África participou com apenas 1,7%, e os países do subcontinente indiano com apenas 1,9%. Juntos, eles representam um terço da população mundial.

Mas frente a esses efeitos de exclusão oferecem-se para o Sul, conforme a lógica do

“desenvolvimento fragmentador”, também numerosos processos positivos integrativos:

- Mencione-se aqui apenas a crescente competitividade de produtores de TI vinculados à produção de *software* (por exemplo, na Índia, no Brasil, no México), produtores de bens de consumo e alimentos de alta qualidade (por exemplo, nas ilhas Maurício, no Bangladesh, na Tunísia), fornecedores mundiais de serviços on-line (*www*, correio eletrônico); são numerosos, porém, dentro dos países do Sul, muito restritos localmente.

- Há também numerosas, porém isoladas, zonas de livre produção [*Freie Produktionszonen*] de alta capacidade (por exemplo na China, no Egito, na Indonésia, nas Filipinas e no Brasil), regiões de residências luxuosas (para a terceira idade) (por exemplo, em Marrocos, no Chile ou no Quênia), ou parques de diversões temporários para os mais diversos necessidades e excessos turísticos (ESCHER, 2001).

- Não devem ser esquecidas sua acima mencionada função fática como fornecedores de especialistas em informática e de técnicos de hardware (por exemplo, da Índia, da China ou da Coreia), de mulheres exóticas (por exemplo, da Tailândia, da Malásia ou da Etiópia), de empregadas domésticas (por exemplo, da China, da Indonésia ou da África Ocidental) e de exímios jogadores de futebol (por exemplo, do Brasil, da Nigéria, do Gana ou da Comunidade dos Estados Independentes).

Todos esses efeitos contraditórios coexistem hoje simultânea e espacialmente fragmentados, assim como socialmente imediatos lado a lado. Eles aparecem no mundo inteiro de maneira efêmera, sempre ou localmente muito limitados [*lokal eng begrenzt*], ou ampla, mas indiferenciadamente espalhados [*undifferenziert flächenhaft*], ou estão presentes virtualmente. E eles abarcam concretamente indivíduos, grupos de pessoas e empresas, ou também populações inteiras.

A brecha digital (*digital divide*) é um bom exemplo.⁶ A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ou o Banco Mundial veem na *tecnologia da informação* oportunidades para os países em desenvolvimento. Pela expansão mundial desta tecnologia e pelo seu uso por um número crescente de pessoas, amplia-se o acesso, diminuem-se os custos, e os sistemas tornam-se mais eficientes e mais fáceis de usar. O comércio eletrônico (*e-commerce*) parece destacar-se como fonte de oportunidades: usa-se as tecnologias (eletrônicas) da informação para promover novos mercados e contatos comerciais trans-nacionais, para melhorar e acelerar a troca de conhecimento comerciável, de oferta e de demanda, e para facilitar e acelerar o processo de compra e venda para indivíduos, pequenas empresas e empresas de grande porte. Neste sentido, o comércio eletrônico é considerado como instrumento inovador e desfronteirizado para aumentar a eficácia econômica e para a expansão de oportunidades mesmo para pequenas empresas nos países do Sul.

As oportunidades criadas pelo comércio eletrônico são, por princípio, bem conhecidas, seus sucessos bem documentados. Há, porém, uma realidade que se reflete nas expressões *brecha digital*, *electronic-haves* [“os que têm”; *N.T.*] e *electronic-have-nots* [“os que não têm”; *N.T.*] e que se manifesta, muito concretamente, no próprio acesso das pessoas à Internet. Para este acesso desigual a nível global possam ser responsáveis, também, decisões políticas, tabus religiosos ou insuficiências infraestruturais; mas, em última análise, o acesso desigual à tecnologia da informação reflete os mais diversos graus de oportunidades de participação individual efetiva e, com isto, um desenvolvimento fragmentador.

Conclusão

A tese de um “desenvolvimento retardatário” dos países como um todo, sustentada pelo consenso da “primeira modernidade” – tese defendida tanto por teorias da modernização quanto por teorias da

dependência durante as décadas de 1960 até 1980, e hoje ressuscitada por defensores da globalização e propagada como se fosse realista (por exemplo ALTENBURG, 2000; cf. SCHOLZ, 2000b) – não é mais, como tentamos demonstrar, na era de um capitalismo global e da competição global, um paradigma sensato. Em vez disso, deve-se partir, primeiro, de uma vizinhança (governada pela concorrência) de lugares e grupos humanos espalhados pelo mundo [*punkthaft-weltweit*] que participam na riqueza muito desigualmente em relação à duração e sustentabilidade (“ilhas de riqueza”), e, segundo, de um pobre e marginalizado mundo restante estendido pelo globo [*flächenhaft-globale Restwelt*] (“mar de pobreza”). Ou seja, deve-se partir de um “desenvolvimento fragmentador” altamente contraditório determinado pela competição desfronterizada. O desenvolvimento

fragmentador manifesta-se pelos mais diversos fenômenos, partindo de estratégias mais básicas de pura sobrevivência, chegando até as táticas de acumulação excessiva (e frequentemente até criminal) de riqueza. E, dependendo das circunstâncias, aplicar-se-ão, sempre de novo, todos aqueles projetos, medidas e estratégias bem conhecidos pelas práticas desenvolvimentistas do passado. Mas para uma solução sustentável dos problemas elementares, eles continuarão sendo tão ineficazes e marginais como antes.

Sob essa perspectiva, as opções de ser “rico” ou “pobre”, “integrado” ou “marginalizado”, deixam de ser condicionadas pela sociedade ou de responsabilidade do Estado. Elas são, pelo contrário, individualmente causadas, individualmente evitáveis ou individualmente superáveis: trata-se da realidade da segunda modernidade.

Notas

¹ Fonte: SCHOLZ, Fred. Die Theorie der „fragmentierenden Entwicklung“. **Geographische Rundschau**, 10/2002. p. 6-11.

²Aqui o autor remete a duas fotos tiradas em Chennai (Índia) que mostram dois fragmentos de desenvolvimento desigual em proximidade imediata: o prédio moderno de vidro de uma empresa de software, e cabanas de uma favela. *N.T.*

³*Investimentos estrangeiros diretos* compreendem investimentos feitos por empresas estrangeiras em lugares nos quais elas têm interesse a longo prazo de se estabelecer e de controlar uma parte da economia local. (Fonte: OECD Detailed Benchmark Definition of FDI.)

⁴Neste parágrafo e no parágrafo seguinte, o autor remete a uma figura, elaborada com base em dados do Banco Mundial e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que mostra uma tripla dicotomia norte-sul: investimentos estrangeiros diretos (norte > sul), produto social bruto (norte > sul) e população (norte < sul). A figura está disponível na internet: SCHOLZ, 2003, p. 27. *N.T.*

⁵*Public Private Partnerships* (PPP) são repartições de encargos financeiros entre o setor privado e o Estado para a realização de projetos de desenvolvimento.

⁶O autor remete a um gráfico circular que visualiza as enormes disparidades de inclusão digital no mundo. *N.T.*

Bibliografia

- ALTENBURG, Tilman. Vom Niedriglohnstandort zum wissensbasierten Cluster?: Chancen für technologische Anschlussstrategien in Entwicklungsländern. In: Tagungsberichte und wissenschaftliche Abhandlungen, 52. *Deutscher Geographentag Hamburg*. Stuttgart, 2000, p. 333–340.
- ALTVATER, Elmar; MAHNKOPF, Birgit. *Grenzen der Globalisierung: Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1997.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators 1999*. Washington D.C: World Bank, 1999.
- BECK, Ulrich. *O que é globalização?: equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BEHRENDT, Richard F.. *Soziale Strategie für Entwicklungsländer*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1968.
- _____. *Lob des Westens: eine Abrechnung*. Zürich: Arche, 1971.
- BOHNET, Michael (org.): *Das Nord-Süd-Problem: Konflikte zwischen Industrie- und Entwicklungsländern*. München: Piper, 1971.
- CNUCED (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO). *Manual de estatísticas 2001*. Genebra: CNUCED, 2001.
- ESCHER, Anton. Globalisierung in den Altstädten von Damaskus und Marrakech? In: ROGGENTHIN Heike (org.). *Stadt – der Lebensraum der Zukunft?* Mainz 2001, p. 23–38 (Mainzer Kontaktstudium Geographie 7) Disponível em: <<http://www.staff.uni-mainz.de/escher/pub/42/42.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2010.
- EVANGELISCHER PRESSEDIENST. *Entwicklungspolitik*. Artigos disponíveis em: <http://www.epd.de/entwicklungspolitik/entwicklungspolitik_index.html>. Acesso em: 17 de maio de 2010.
- FRIEDMANN, John. A general theory of polarized Development. In: HANSEN Niles M. (org.): *Growth centres in regional economic development*. New York: Free Press, 1972, p. 82–107.
- GRIMM, Klaus. *Theorien der Unterentwicklung und Entwicklungsstrategien: Eine Einführung*. Studienbücher zur Sozialwissenschaft 38. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1979.
- GRUPO DE LISBOA (org.). *Grenzen des Wettbewerbs: Die Globalisierung der Wirtschaft und die Zukunft der Menschheit*. München: Luchterhand, 1997.
- HEIN, Wolfgang. Von der fordistischen zur post-fordistischen Weltwirtschaft. *Peripherie* vol. 59/60, 1995, p. 45–78.
- _____. Welternährung: Strategien und die Schwierigkeiten einer universellen Ernährungssicherheit im Rahmen einer archipelisierten Weltgesellschaft. *Nord-Süd aktuell* 3/2001, p. 486–497
- HERKOMMER, Sebastian (org.). *Soziale Ausgrenzungen: Gesichter des neuen Kapitalismus*. Hamburg: VSA, 1999.
- _____. Die Stadt und der Kapitalismus. Über Formen und Folgen sozialer Ungleichheit in der postfordistischen „Wissensgesellschaft“. *Sozialismus*, Supplement, vol. 1, 2002.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- JOCHIMSEN, Reimut. *Theorie der Infrastruktur der marktwirtschaftlichen Entwicklung*. Tübingen, 1966
- KOOP, Kirsten; SCHOLZ, Fred. Mauritius – Beispiel für die Unmöglichkeit nachholender Entwicklung im Zeitalter der Globalisierung. *Nord-Süd aktuell* 3/2001, p. 525–534.

KRONAUER, Martin. Armut, Ausgrenzung, Unterklasse. In: HÄUSSERMANN Hartmut (org.). *Großstadt*: Soziologische Stichworte. Opladen 1998, p. 13–27.

MENZEL, Ulrich. *Globalisierung versus Fragmentierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). *El Trabajo en el mundo*. Geneva: OIT, 1993.

PERROUX, François. Nota sobre a noção de pólos de crescimento. In: _____. *Economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1997*. Nova Iorque / Oxford 1997. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1997/>>. Acesso em: 17 de maio de 2010.

RAUCH, Theodor. Das nigerianische Industrialisierungsmuster und seine Implikationen für die Entwicklung peripherer Räume: Ein Beitrag zur Erklärung der Raumstruktur in peripher-kapitalistischen Ökonomien. *Hamburger Beiträge zur Afrika-Kunde*, v. 24. Hamburg, 1981.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

RUFIN, Jean-Christophe. *Das Reich und die neuen Barbaren*. Berlin: Volk und Welt, 1993.

SASSEN, Saskia. *The Global City*: New York, London, Tokyo. Princeton NJ: Princeton University Press, 2001.

SCHOLZ, Fred. Globalisierung versus Fragmentierung: eine regionalwissenschaftliche Herausforderung? *Nord-Süd aktuell* 2/2000 (2000a), p. 254–271.

_____. Perspektiven des Südens im Zeitalter der Globalisierung. *Geographische Zeitschrift* 88 (2000b) v. 1, p. 1–20.

_____. Nachholende Entwicklung: Kein Entwicklungsparadigma mehr im Zeitalter der Globalisierung. *epd-Entwicklungspolitik* (2001) Nr. 11/12, p. 35–37.

_____. Entwicklung: Mythos oder realistisches Politikziel? *Workshop des Beirates der Stiftung Entwicklung und Frieden*, Bremen, 24/25 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.sef-bonn.org/download/veranstaltungen/2003/2003_fachws-beirat_pospapier_scholz_de.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2010.

SENGHAAS, Dieter. Zwischen Globalisierung und Fragmentierung. *Blätter für deutsche und internationale Politik*, 1993, no. 1, p. 50–59.

_____. Elemente einer Theorie des peripheren Kapitalismus. In: SENGHAAS Dieter (org.): *Peripherer Kapitalismus: Analysen über Abhängigkeit und Unterentwicklung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974, p. 7–36.

SUNKEL, Osvaldo. *Capitalismo transnacional y desintegración nacional en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972.

THIEL, Reinold E. PPP als Teil eines Gesamtkonzeptes? *E+Z*, 4/2000, p. 95.

YOUNG, Brigitte. Die Herrin und die Magd, Globalisierung und die Re-Konstruktion von „class, gender and race“. *Widerspruch*. v. 38, 1999, p. 47–59.

Trabalho enviado em maio de 2009

Trabalho aceito em maio de 2010